

## Projetos de remuneração na reta final

**A**té o fechamento desta edição, o Congresso Nacional ainda não havia votado os projetos de lei (PLs nºs 3.332 e 3.501, de 2004), que tratam da remuneração

dos Advogados Públicos Federais e das Carreiras de Arrecadação. Durante todo o mês de junho, depois que essas proposições foram aprovadas na Comissão de Traba-

lho, a deliberação em plenário vem sofrendo adiamentos por motivos diversos como a falta de quorum devido às festas juninas. Leia mais nas **páginas 4 e 5**.

### Novo ministro do STF toma posse

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, em 30/06, sessão solene para empossar o advogado Eros Roberto Grau no cargo de Ministro da Corte. Gaúcho de Santa Maria, Eros Grau foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir o cargo de Ministro do STF, em substituição ao Ministro Maurício Corrêa, que se aposentou compulsoriamente, em maio último. **Pág. 6**



### AGRADECIMENTO

Em nome de toda a diretoria da ANAJUR, a presidente da entidade agradece as inúmeras manifestações de apoio que tem recebido nas mensagens da lista de discussão. Colegas Advogados da União de todo o País vêm demonstrando seu reconhecimento ao esforço das lideranças de nossa carreira, no sentido de buscar melhorias salariais e de condições de trabalho, não só para os Advogados da União, como também para todos os membros das carreiras jurídicas da União. Todo esse carinho é mais uma prova de que nossos anos de empenho e, às vezes, até sacrifício pessoal, valem a pena!

#### AGU

*Instituição está aferindo desempenho de atividade jurídica*

Pág. **2**

#### VITÓRIA

*Concedida liminar sobre contribuição de inativos*

Pág. **3**



## Projetos de remuneração na reta final

**O** Congresso Nacional está prestes a concluir a votação dos dois projetos de remuneração que nos interessam (PL 3.332/04 e PL 3.501/04). A maioria das emendas apresentadas não enfrenta resistências por parte do governo, mas tem uma que o governo diz não admitir que seja aprovada. Trata-se da emenda que garante a paridade entre ativos e inativos.

Entretanto, mesmo sabendo que o governo dispõe de maioria no Congresso, não podemos também admitir que a paridade não seja respeitada, pois não se trata de beneficiar uma ou outra categoria, mas de se exigir que a Constituição Federal seja respeitada.

Não custa lembrar que somos advogados e nessa condição não podemos aceitar que a lei seja desrespeitada, principalmente quando o desrespeito a ser perpetrado parte daquele que tem a obrigação de zelar pelo seu cumprimento. Aliás, oportuno lembrar que o presidente da República só é empossado, após jurar solenemente perante a Nação que irá respeitar a Constituição.

Assim sendo, é importante que continuemos exercendo uma pressão legítima sobre os parlamentares para que eles se lembrem de que lá estão para atuar na defesa da sociedade e não na defesa de governos, pois, em última análise, seus padrões são os cidadãos e não governantes que teimam em mudar a lei ao sabor de seus interesses.

A nossa presença servirá também para sabermos quem está traindo a classe trabalhadora e não nos esqueçamos deles, pois, certamente, em 2006, tentarão novamente nos enganar e nós devemos dar-lhes a resposta devida, que é extirpá-los da vida pública negando-lhes o voto, pois não souberam honrar o voto recebido há menos de 2 anos.

Por derradeiro, cumpre lembrar que estamos no mês de julho e, até agora, o nosso reajuste salarial (que nada mais é do que uma reposição parcial de perdas inflacionárias) ainda não está nos nossos contracheques, quando deveria estar desde o mês de abril, donde se conclui que o governo se recusou a editar medida provisória e optou por encaminhar projeto de lei com o único intuito de protelar o nosso reajuste.

**A Diretoria**

### EXPEDIENTE

Sindicato Nacional dos Advogados da União e dos Advogados das Entidades Federais/Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 2 - Bloco C - sala 705 - Edifício Business Point - CEP 70.070-934 - PABX: (61) 322-9054 - Fax: (61) 322-6527  
Home Page: [www.anajur.org.br](http://www.anajur.org.br) - E-mail: [anajur@anajur.org.br](mailto:anajur@anajur.org.br)

Editora: Viviane Ponte Sena - RP 4299/DF  
Diagramação e Editoração Eletrônica:  
Fernanda Medeiros (9905-2463)  
Fotos: Viviane Vilela  
Impressão: Gráfica Zeni  
Fone: (61) 344-7584

## Posse do novo Consultor-Geral da União

O Advogado-Geral da União, ministro Alvaro Augusto Ribeiro Costa, empossou, em 15/06, o advogado José Leovegildo, no cargo de Consultor da União. O citado advogado já atuou como Auditor-Fiscal da Receita Federal e foi Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Atualmente, José Leovegildo é diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Procuradores da República para o biênio 2003/2005.

A solenidade foi na sala de reuniões do Conselho Superior da AGU, em Brasília.

## Avaliação de desempenho de atividade jurídica

A AGU está promovendo a aferição de desempenho dos integrantes da Carreira de Advogado da União, para fins de atribuição de GDAJ - GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA -, referente ao período de janeiro a junho de 2004, consoante o disposto na Portaria 492, de 1º de junho de 2001.

Importante frisar, sobremaneira, ser esta a primeira avaliação da GDAJ após a centralização da folha de pagamento da AGU, fato que enseja a sua realização nas unidades de exercício e o envio para a AGU, até o dia 14 de julho de 2004, a fim de que se possa incluir as informações ora solicitadas na folha de pagamento, que estará sendo encerrada pelo SIAPE, em 16 de julho de 2004.

Os originais dos formulários preenchidos deverão ser encaminhados para a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, localizada no Edifício da Sede da AGU -SIG Quadra 6, Lote 800 - Palácio Alberto de Britto Pereira, térreo, Brasília-DF; ou para a Caixa Postal n.º 7988 - Agência Sudoeste 10300634, com a denominação no respectivo envelope: "Avaliação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ".

O cronograma da avaliação, os formulários para sua realização, a legislação pertinente e os procedimentos estão disponíveis, desde o dia 14 de junho de 2004, no site: [https://www.agu.gov.br/gestaorh/gdaj/index\\_gdaj.htm](https://www.agu.gov.br/gestaorh/gdaj/index_gdaj.htm).

Quaisquer esclarecimentos, no âmbito dos Recursos Humanos, poderão ser obtidos na Divisão de Avaliação, via e-mail: [diase.crh@agu.gov.br](mailto:diase.crh@agu.gov.br).

# ANAJUR responde ofício sobre possibilidade de unificação de entidades

OFÍCIO Nº 022/2004-ANAJUR  
Brasília(DF), 22 de junho de 2004.

A Ilma. Sra.  
Dra. MÁRCIA DANTAS  
Presidente da UNIAGU  
Brasília-DF

Senhora Presidente,

Com muita satisfação acuso o recebimento do ofício nº 001/2004 dessa UNIAGU, no qual V.S.<sup>a</sup> informa acerca da possibilidade de unificação das entidades que representam os Advogados da União.

Cumprе lembrar que as diversas entidades estiveram juntas por ocasião da greve recém-findada, ocasião em que se iniciou informalmente um processo de aproximação ora materializado na formalização de intenções.

Importante ressaltar que esta ANAJUR sempre esteve e continuará aberta a qualquer processo que objetive a união de todos os advogados públicos federais, aliás, oportuno relembrar que a ANAJUR sempre teve esta união como bandeira de luta, pois coerente com o princípio maior que é a unificação das carreiras da AGU.

Isto posto, informo que o assun-

to objeto do presente será debatido nas instâncias decisórias desta ANAJUR (Conselho Deliberativo, Fiscal, Diretoria e Delegados Regionais) onde legitimaremos o debate, sem prejuízo de, concomitantemente permanecermos em contato diuturno com a entidade que vossa senhoria preside com brilhantismo.

Objetivando contribuir com o debate, lembro que a ANAJUR concorda plenamente com as bandeiras de luta relacionadas no Ofício firmado por V.Sa., sugerindo ainda que se acresça os seguintes itens:

I - igualdade de tratamento, mormente remuneratório para ativos e inativos/pensionistas;

II - unificação das carreiras da AGU;

III - defesa intransigente de que os cargos em Comissão na AGU e Consultorias Jurídicas sejam ocupados privativamente por membros da AGU, inclusive o de Advogado-Geral;

IV - independência funcional dos membros das carreiras da AGU.

Atenciosamente,

**Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta**

## Concedida liminar sobre taxaço dos inativos

O setor jurídico da ANAJUR informa que, por iniciativa de sua Diretoria Jurídica, em 24 de maio de 2004, a ilustre Juíza Federal Substituta da 16ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal - Dra. Iolete Maria Fialho de Oliveira - CONCEDEU MEDIDA LIMINAR nos autos do Mandado de Segurança n.º 2004.34.00008603-1, impetrado por esta entidade, assegurando aos aposentados e pensionistas filiados à mesma, a percepção de seus proventos/pensões, sem a incidência dos ditames, insertos na Emenda Constitucional n.º 41/2003, qual seja, a contribuição para o custeio da previdência social, ora intitulada "Contribuição Previdenciária".

Por oportuno, necessário se faz trazer à baila, parte do *decisum* em comento, senão vejamos:

"Ex positis, com supedâneo na regra insculpida no art.7º, II, da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, concedo a requestada medida liminar determinando à digna Autoridade impetrada abstenha-se de fazer incidir sobre os proventos/pensões dos filiados à Associação impetrante a parcela referente à "Contribuição para a Previdência Social", de que trata o art. 4º, da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, bem como a legislação nela fundamentada."

Esclarece, ainda, que quaisquer dúvidas, no âmbito jurídico, poderão ser dirimidas via e-mail (Setor Jurídico/ANAJUR): [juridico@anajur.org.br](mailto:juridico@anajur.org.br), bem como pelo telefone (61) 323-7395.

## Lista de discussão

A Diretoria da ANAJUR reitera o convite para que os Advogados da União, assim como os membros de todas as Carreiras da Advocacia Pública Federal, participem dos debates da lista de discussão recentemente criada pela entidade. Para se cadastrar na lista, basta enviar uma mensagem para o seguinte endereço eletrônico: [anajur@grupos.com.br](mailto:anajur@grupos.com.br). Solicitamos que o colega informe na mensagem seu nome completo, carreira a que pertence e órgão de lotação. Ao se cadastrar, você passará a receber automaticamente, em seu e-mail, todas as mensagens encaminhadas para a lista de discussão, bem como suas manifestações serão acessadas por todos os membros do grupo. Não deixe de participar, registrando sua opinião sobre temas importantes para as Carreiras Jurídicas da União.

# Projetos de remuneração na reta final

Até o fechamento desta edição, o Congresso Nacional ainda não havia votado os projetos de lei (PLs nºs 3.332 e 3.501, de 2004), que tratam da remuneração dos Advogados Públicos Federais e das Carreiras de Arrecadação. Durante todo o mês de junho, depois que essas proposições foram aprovadas na Comissão de Trabalho, a deliberação em plenário vem sofrendo adiamentos por motivos diversos como a falta de quorum devido às festas juninas.

Assim que o quorum for atingido, os deputados terão condições de limpar a pauta, que está bloqueada por medidas provisórias (MPs). Já é consenso entre os líderes partidários que os projetos serão incluídos para votação assim que forem votadas as MPs, que têm prioridade em relação às demais matérias pendentes de votação. Entre as MPs, apenas uma é realmente polêmica.

Segundo o calendário inicialmente imaginado pelas lideranças,

a Câmara e o Senado só entrariam em recesso em 8 de julho, após haver concluído a apreciação dos projetos prioritários para o governo, entre os quais os que tratam da reestruturação das carreiras jurídicas e do fisco. A tendência, caso se confirme que não haverá tempo suficiente para a conclusão da votação das matérias de interesse do governo, é que o recesso só se inicie em 15 de julho ou que haja convocação extraordinária durante o mês de julho.

De qualquer modo, dificilmente o Congresso entrará em recesso sem que esses projetos estejam aprovados. Na experiência do Parlamento Brasileiro, não há precedente de projeto de iniciativa do Poder Executivo dispendo sobre reestruturação de carreira que tenha ficado sem aprovação antes do recesso parlamentar e esses dois de nosso interesse não seriam as exceções. Portanto, acreditamos piamente na possibilidade de votação nas duas Casas do Congres-

so antes do recesso.

Paralelamente ao esforço de inclusão em pauta e votação dos projetos de reestruturação, a ANAJUR está também atuando junto ao presidente do Congresso, Senador José Sarney, e ao líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, no sentido de que sejam votados com brevidade, em sessão do Congresso, os projetos de créditos suplementares para a implementação dos projetos de reestruturação. A aprovação dos projetos de crédito abre a possibilidade para o Poder Executivo baixar uma MP reestruturando as carreiras, caso os projetos de mérito não sejam apreciados conclusivamente até o início do recesso.

Independentemente do adiamento, a ANAJUR reitera o pedido aos associados que continuem solicitando aos parlamentares para que votem impreterivelmente, até o início do recesso, os projetos de interesse de nossa carreira.

## Presidente do Senado recebe entidades de classe

Agência Senado/Geraldo Magela

A Presidente da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, acompanhada do presidente da ANPAF, Roberto Giffoni, foi recebida em audiência pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney, gentilmente marcada pelo suplente do Senador e ex-Governador do Amapá, Nova da Costa. A audiência, ocorrida no dia 24/06, tratou da possibilidade de acelerar a tramitação dos PLNs nº 2 e 8/04, que dispõem sobre os recursos orçamentários para a implementação dos projetos de remuneração das carreiras da advocacia pública federal e da arrecadação - PL nº 3.332/04 e PL nº 3.501/04, respectivamente.

Na ocasião, o Presidente Sarney assumiu o compromisso com as entidades de clas-



se de incluir os referidos projetos na pauta da sessão do Congresso Nacional, agendada para o último dia 29/06. Esta sessão acabou sendo cancelada, mas o compromisso do Senador continua firme.

Esta providência de apreciação dos projetos, diretamente no plenário do Congresso dá garantia de que essas proposições possam ter sua votação concluída antes do recesso parlamentar.

## ANAJUR reforça gestões junto aos parlamentares para garantir votação dos projetos de remuneração

Agência Senado/José Cruz

No último dia 28/06, a Presidente da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, acompanhada da Assessora Especial da Associação, Maria Auxiliadora Dias, foi recebida em audiência pelo 1º Vice-Presidente do Senado, Senador Paulo Paim. Na oportunidade, a Presidente Nicóla solicitou apoio do parlamentar para acelerar a tramitação dos PLNs nº 002 e 008/04, que dispõem sobre os recursos orçamentários para a implementação dos projetos de remuneração das carreiras da Advocacia Pública Federal e da Arrecadação - PL nº 3.332/04 e PL nº 3.501/04, respectivamente.

O senador Paim não só assumiu o compromisso de apoiar a inclusão dos referidos projetos na próxima e última sessão



do Congresso Nacional antes do recesso como também disse que faria gestões junto ao Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e o líder do Governo na

Câmara, Professor Luizinho, no sentido de que esta Casa ultime a votação do PL 3.332/04 e do PL 3.501/04, também antes do recesso.

## Entidades de classe e Governo negociam dias parados

*Após intensas negociações com autoridades do Poder Executivo, as entidades de classe da Advocacia Pública Federal conseguiram o compromisso do Governo de não descontar os dias parados, decorrentes da greve. Esta decisão governamental está disciplinada no Decreto nº 5.108, de 17 de junho de 2004. Veja a íntegra do Comunicado da AGU, tratando do assunto:*

COMUNICADO Nº 066 - SGAGU, DE 22 DE JUNHO DE 2004.

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUSPENDE DESCONTOS REMUNERATÓRIOS

Considerando o disposto no Decreto nº 5.108, de 17 de junho de 2004, o Advogado-Geral da União decide: Suspende o desconto remuneratório, anteriormente determinado por força da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 1.480, de 03 de maio de 1995.

A suspensão determinada fica condicionada à apresentação, até o dia 25 de junho de 2004, de propostas de reposição de trabalho pelos participantes das paralisações ocorridas, nos termos do Decreto nº 5.108, de 17 de junho de 2004.

As propostas de reposição de trabalho deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União.

# Eros Grau toma posse no STF

**O** Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, em 30/06, sessão solene para empossar o advogado Eros Roberto Grau no cargo de Ministro da Corte. Gaúcho de Santa Maria, Eros Grau foi indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para assumir o cargo de ministro do STF, em substituição ao Ministro Maurício Corrêa, que se aposentou, compulsoriamente, em maio último.

O Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, abriu a solenidade às 16h, deixando o Plenário com o Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles. Juntos, eles receberam o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na entrada do edifício-sede, retornando, em seguida, ao Plenário.

Conforme a praxe, os Ministros Sepúlveda Perence e Joaquim Barbosa, respectivamente o decano e o mais recente integrante da Corte, conduziram o ministro Eros Grau ao Plenário para o início da cerimônia. O Hino Nacional foi executado, logo de-



pois, pela Banda dos Fuzileiros Navais, localizada no lado de fora do Plenário.

A solenidade prosseguiu com a leitura do termo de posse, pelo Diretor-Geral da Corte, Miguel Augusto Fonseca de Campos. O documento foi assinado pelo Presidente Nelson Jobim, pelo Ministro Eros Grau e pelos demais magistrados da Corte, bem como pelo Procurador-Geral. De acordo com a tradição, a cerimônia foi rápida e sem discursos.

O novo Ministro recebeu os cum-

primentos no Salão Branco do Supremo. “Todas as vezes em que temos a oportunidade de sentir calor humano, a gente se torna mais humano. Isso é muito importante, porque dá força para que eu possa cumprir meu dever com dignidade e iluminado por esse sentido de humanismo”, disse Eros Grau, no encerramento da solenidade. “A minha expectativa é de cumprir o meu dever. Trago uma experiência, tanto como advogado como professor, que pode ser útil”, afirmou. Segundo ele, o novo cargo representa uma grande transformação em sua carreira. “Acho que eu vou saber enfrentar o desafio”, concluiu.

O Vice-Presidente da República, José Alencar, compareceu à Sessão Solene. Também vieram o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, o Presidente do Senado, José Sarney, o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, o Advogado-Geral da União, Álvaro Costa, Ministros de Tribunais Superiores, Magistrados e Representantes do Ministério Público, bem como amigos e familiares do novo ministro do STF. Foram convidadas 1.200 mil pessoas. O Plenário, que tem 208 assentos, ficou lotado. A cerimônia também foi acompanhada em um telão instalado no Salão Nobre.

## Aniversariantes de Julho

NOME	ANIVERSÁRIO
MARIA AUGUSTA LIMA SAMPAIO	1
BRAZ SAMPAIO	1
ODEMAR DE OLIVEIRA LOPES	1
JOANITA TEREZA TELLES COHEN	1
JOFFRE SALVADOR SIMÕES	2
JORGE GOMES DOS SANTOS	2
MÁRCIO GONTIJO	2
NEURI MACHADO DA SILVA	3
JOSÉ WILSON CONDE SAMPAIO	3
JOSÉ BRIGIDO DA SILVEIRA	4
WELLINGTON ROSA	5
CLAUDIER ALVES	5
MARIA DA PENHA ALMEIDA CRUZ	5
NORMA CYRENO ROLIM	5
FILOMENA SILVA VALENTE	5
PAULA RODRIGUES BARBOSA	6
RUBENS DE ABREU	6
JOSÉ FÉLIX DE SOUZA	6
FRANCISCO DE ASSIS COUTINHO FILHO	6
GERALDO DE AQUINO CHAVES	8
WILLIAM DE MACEDO FERREIRA	8
JOSÉ LOIOLA DE LIMA	8
DÉCIO AUGUSTO DE SOUZA	8
EDWARD PLANCHÉZ DE CARVALHO	8
LAURA MARIA COSTA SILVA SOUZA	8
JURANDYR VIEIRA SIMÕES	9
ANALINA FERREIRA DE SOUZA	9
DEUSINHO MARIANO DA SILVA	10
PAULO GOMES DA SILVA	10
LUIZ CARLOS FONSECA	10
AMÉRICO MAIA NETO	10

NOME	ANIVERSÁRIO
FRANCISCO BRASIL VALINO LOPES	11
CARLOS ALBERTO LÓBO	11
TEREZINHA DE JESUS RAPOSO	11
ADAILMA MEDEIROS	11
LUCY GUANAES TINOCO	11
LILI SILVA	11
MARIA TERESA ROPPA ARANTES	11
MARGARIDA ARAUJO ROCHA	12
PÉRICLES VICTOR GUERREIRO	12
JACINTA JESUS N. COSTA AGUIAR	12
RONALDO ISONI	12
HELOISA HELENA DE C. GUIMARÃES	13
PHILADELPHO PINTO DA SILVEIRA	14
ADAIL RODRIGUES TAVARES	14
MARTA REGINA PIRES	14
WAGNER FERNANDO DA SILVA	14
MARIA RITA ROCHA	15
RUTH LEITE	16
ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO	16
MARIA DO CARMO ALVES SALDANHA	16
PAULO CARNEIRO MONTEIRO	17
EDISON ATHAYDES DA COSTA	17
GILMA ALVES DA SILVA	17
OMAR TEIXEIRA PAIS	18
CLAUDIA MARIA VILELA VON SPERLING	18
OLIVAL DA SILVA RIBEIRO	19
HELENA CIRAULO PEDROSA MAIA	19
MARIA HELENA DE PAULA SOUZA	19
ANGÉLICA MACHADO VALENTE	19
VICENTE VIEIRA BORGES	19
JOSÉ CLARO FERREIRA DA SILVA	20

NOME	ANIVERSÁRIO
DEUSDEDIT GUIMARÃES ROCHA	20
WILMA MARIA CACERES	20
SAUL MILTON VARELA DE MELO	21
RONALDO LUTTGARDES A. MAGALHÃES	21
VALTÉRCIO MAGALHÃES NOGUEIRA	22
VALDEDIR DE LEMOS SOUZA	22
GISLAINE APARECIDA TORRES	22
EDMUNDO DE SOUZA MOURA	23
ANA LUIZA MIRANDA DE MONT ALVERNE	23
ANITA MARLI DOS SANTOS SOUZA	23
LUIZ CARLOS COUTINHO FERRERAS	23
RAIMUNDO COUTINHO FILHO	23
LUIZ FELIPPE DOS SANTOS MARTINS	24
REGINA ELZA SANTOS BARRETO	24
VALENTINA WANDERLEY DE MELLO	24
MARIA HELENA LEAL WAKIM	25
JOSÉ ALBERTO FERNANDES MOTA	25
TEREZINHA DE JESUS BATISTA	25
EXPEDITO ALBANO DA SILVEIRA	26
JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA	26
ÂNGELO GERALDINI PITTIONI	26
ERNANDES BOLSANELLO	26
JOSÉ ANIBAS DE MORAES	26
CIRSON PEREIRA SOBRINHO	27
SANDRA MARA DA C. GONÇALVES NEVES	27
WILSON TELES DE MACEDO	28
RODOLFO DE CASTRO RIBAS	29
SÉRGIO DE BRITO PEIXOTO	29
ED BRETTAS LIMA	30
MARIA IGNACIA YOLANDA PEREIRA	31

# A polêmica do salário mínimo

\*Raimundo Ribeiro

**P**or ocasião da posse do Presidente do STF, o Presidente da OAB afirmou que o salário mínimo é inconstitucional, o que lhe custou severas críticas do Presidente do STF e parte da mídia. Não sei se aquela ocasião era oportuna ou conveniente, mas concordo com a afirmativa, senão vejamos:

A Constituição Federal, atualmente tão modificada e não respeitada por quem deveria zelar pelo seu cumprimento, estabelece:

“Art. 7º - São direitos dos trabalhadores...

IV - salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.”

S.M.J. não é necessário ser jurista para interpretar tal texto, aliás não é necessário sequer ser estudante de Direito para isso, basta ter um pouco de leitura, senão vejamos:

A Constituição Federal, conhecida também como Lei Maior, diz que: o salário-mínimo deve ser fixado em lei, unificado em todo o Território Nacional, e capaz de atender às seguintes despesas do trabalhador e sua família: a) moradia; b) alimentação; c) educação; d) saúde; e) lazer; f) vestuário; g) higiene; h) transporte; i) previdência social.

IO salário mínimo deve ser suficiente para pagar o aluguel, comprar comida, manter os filhos na escola, comprar remédios, ir ao jogo de futebol ou outro lazer, comprar roupas, material de higiene, pagar ônibus e contribuir para a previdência.

Com a Previdência, não precisamos nos preocupar, pois o governo já trata de tirar antes mesmo do trabalhador receber. Com o transporte, não precisamos nos

preocupar, pois em troca de 6% do nosso salário, o governo nos oferece o tal vale-transporte. Até aqui o salário-mínimo já encolheu pelo menos 14%.

O valor proposto pelo Presidente dos trabalhadores, companheiro Lula, e aprovado pelos dignos parlamentares que ganham mais de R\$25.000,00 por mês, é de R\$260,00. Bem, continuemos a nossa continha:

Com os descontos para previdência e vale-transporte, sobra R\$223,60. Devemos abater também a despesa com alimentação, pois o governo paga auxílio-alimentação (tudo bem que tal ticket só dá para nossa própria alimentação,

***O salário-mínimo deve ser capaz de atender às seguintes despesas do trabalhador e sua família: a) moradia; b) alimentação; c) educação; d) saúde; e) lazer; f) vestuário; g) higiene; h) transporte; i) previdência social***

mas também que diabos os nossos filhos e mulher querem comendo todo dia, não é mesmo? Ah, lembrei também, que, quando tiramos férias - prá quê não sei, não recebemos auxílio alimentação, pois não estamos trabalhando, logo se não estamos trabalhando, não precisamos comer, não é mesmo?).

Não há que se falar em despesa com educação, pois nossos filhos devem estudar em escola pública que é muito melhor do que a particular, e esse negócio de comprar uniforme, livro é bobagem, não é mesmo; sendo assim, este item também já está atendido.

Despesas com saúde também não temos, pois possuímos a melhor rede de saúde que se tem notícia, com hospitais equipados e médicos permanentemente à disposição da população, e quando

necessário algum remédio, o sistema de saúde, com ou sem vamiros, nos é fornecido gratuita e imediatamente, não é mesmo?

Sendo assim, ainda sobram os seguintes itens: moradia, lazer, vestuário e higiene. Ora, em qualquer lugar encontramos imóveis, cujo aluguel não é mais que R\$70,00 (um terço do que sobrou) por mês, não é mesmo? Não podemos nos esquecer que só paga aluguel trabalhador acomodado, pois o governo tem inúmeros programas habitacionais para quem ganha salário mínimo, não é mesmo?

Portanto, R\$223,60 - 70,00 = 153,60. Com tal sobra, ainda podemos comprar uma camisa por mês para um filho, pois em qualquer lugar é possível encontrar camisa a R\$10,00, não é mesmo?

Ainda sobra R\$143,60 para lazer e higiene, mas prá quê lazer se nos divertimos assistindo tv? E higiene, prá quê? Ora, nem papel deve ser comprado, pois jornais velhos encontramos em qualquer lugar, não é mesmo?

Com tudo isso, creio que R\$143,60 é mais que suficiente para pagar as contas de luz, água e telefone, não é mesmo? Não esquecer ainda de poupar um pouquinho todo mês prá pagar o IPTU no mês de fevereiro, certo?

Bem, independentemente da ironia, evidente que R\$260,00 não atende ao que determina a Constituição, não é verdade?

Sendo assim, só me resta parabenizar o Presidente da OAB pela crítica feita, constatar que ela não repercutirá nada, pois os ouvintes ganham acima de R\$25.000,00 por mês (quase cem vezes o salário mínimo aprovado), sem contar outros benefícios, e fazer uma afirmativa de quem um dia já ganhou 50% do salário mínimo por mês, quando fui entregador de telegramas:

**ESSES CARAS ESTÃO DE SACANAGEM COM A GENTE, NÃO É MESMO?**

**\*Advogado da União e Secretário-Geral da ANAJUR**

# Férias de Julho

## Pacotes Nacionais • Aéreos • 7 noites

### Fortaleza

GOL • Hotel Iracema Othon  
7 noites c/café + transfer in/ou  
+ city tour + seguro e bolsa  
entrada R\$ 214,85 +  
9 x R\$ 134,77

### Maceió

GOL • Hotel Marinas  
7 noites c/café + transfer in/ou  
+ city tour + seguro e bolsa  
entrada R\$ 200,85 +  
9 x R\$ 126,46

### Maragogi

(Via Recife) Maragogi Praia  
7 noites com café e jantar +  
transfer in/ou + seguro  
e bolsa • GOL  
entrada R\$ 242,70 +  
9 x R\$ 152,81

### Porto de Galinhas

Pousada Eco Porto • 7 noites com café +  
transfer in/ou + seguro e bolsa • GOL  
entrada R\$ 226,50 +  
9 x R\$ 142,61

### Costa do Sauípe

Pousadas • 7 noites com café + transfer in/ou +  
+ seguro e bolsa • voando GOL  
entrada R\$ 250,80 +  
9 x R\$ 157,92

### São Luís

Hotel Delphia Bellagio • 7 noites com café +  
transfer in/ou + city tour + seguro e bolsa • GOL  
entrada R\$ 203,25 +  
9 x R\$ 127,97

Preços por pessoa em apto. Duplo, não incluem taxa de embarque, sujeitas a reajuste sem prévio aviso e a disponibilidade de vagas. Voando GOL. Válidos para embarque conforme data anunciada (consultar previamente). 10 X: ENTRADA DE 15% EM CHEQUE OU DINHEIRO + 09 X S/ JUROS - VISA OU MASTERCARD. Preços válidos até 1 dia após esta publicação. Financiamento sujeito a aprovação de cadastro. Alta Temporada. Consulte-nos sobre financiamento próprio (cheque pré).



# Convênio para associados

A ANAJUR, por meio de sua assessoria de seguros, continua atendendo às solicitações dos filiados de propostas de renovação ou contratação de novo seguro de veículo. A intermediação da entidade é garantia de custo reduzido e melhor qualidade de contratação em relação às condições do mercado de seguros. O associado que estiver adquirindo ou renovando seguro de veículo não pode deixar de conferir o seu desconto. Basta entrar em contato com os corretores Márcia e Christiano pelos telefones (61) 485-9467/8111-6183/9972-5029. A assessoria de seguros da ANAJUR também está cadastrando renovações futuras, ou seja, o associado, desde já, pode informar aos corretores o vencimento do seu seguro automóvel.

## SulAmérica

associada ao ING

# 10X SEM JUROS\*

\*ENTRADA 15% CHEQUE/DINHEIRO + 09 VEZES S/ JUROS CARTÃO VISA OU MASTERCARD - PACOTES (ITIQUIRA)

PASSAGENS AÉREAS VASP 10 VEZES S/ JUROS (ENTRADA DE 15% EM CHEQUE OU DINHEIRO + 9X S/ JUROS CARTÃO VISA OU MASTERCARD)

## Pacotes Internacionais

### Buenos Aires

3 noites - VARIG (vô direto)  
Gran Hotel Argentino  
Café da manhã, transfer  
in/out, city tour  
a partir de US 492,00  
Entrada US 73,80  
+ 9x US 46,46

### Santiago

3 noites - VARIG  
Hotel Parinacota  
Café da manhã, transfer  
in/out, city tour  
a partir de US 774,00  
Entrada US 116,10  
+ 9x US 73,10

### Venha esquiar Buenos Aires/ Bariloche

Saídas: 27/6, 1 e 8/8  
a partir de US 930,00  
Entrada US 139,50  
+ 9x US 87,83

Condições gerais Pacotes Internacionais: Preços e condições sujeitos a alteração sem prévio aviso. Os preços são por pessoa em apartamento duplo, não incluem taxas de embarque e não são válidos em época de férias. 10 X: ENTRADA DE 15% CHEQUE OU DINHEIRO + 9 X S/ JUROS - VISA OU MASTERCARD. As tarifas estão sujeitas a disponibilidade de vagas com as cias aéreas e os respectivos hotéis negociados. Preços válidos para 1 (um) dia após a publicação.

DESCONTO DE  
10% PARA TODOS  
OS ASSOCIADOS  
DA ANAJUR E  
SEUS DEPENDENTES  
NA COMPRA DE  
PACOTE EXCLUSIVO  
DA ITIQUIRA

0800 618980 2268980

SCS Ed. Israel Pinheiro 2º andar • (61) 226.8980

Alameda Shopping • (61) 351.2329

Brasília • Belém • São Paulo • Goiânia • Uberlândia



**Itiquira**  
OPERADORA

Representante em Brasília do Hotel Taiyo de Caldas Novas

Luanda Fernandes Pereira CRP/DF: 9210

## Psicóloga Clínica

Atendimento  
psicológico para  
adultos e adolescentes

Endereço: SEP/SUL 709/909 - lote "F" - sala 211 - Ed. Biocenter - Asa Sul

Telefone: (61) 445-3419 / 9972-5502

# SPETTUS

## STEAK HOUSE

18 anos de muito sucesso

Desconto de 20%\*  
sobre o valor  
normal do rodízio,  
mediante apresentação  
da carteirinha da  
ANAJUR, extensivo  
a todos que compõem  
a mesa, porém  
não será  
acumulativo.



RODÍZIO DE CARNES NOBRES



SUSHIS E SASHIMIS



SALA EXCLUSIVO  
PARA EVENTOS

\*Exceto promoções, bebidas,  
sobremesas e taxas de serviço

SHS QUADRA 05 BLOCO E (PRÓXIMO A TORRE DE TV)

(61) 225-1596 / 226-8327 / 226-7787



Instituto Brasileiro  
de Odontologia

Clinica e Pronto-Socorro 24 Horas

244-5095 Quem tem boca  
244-5099 val ao IBO!

SCLS 406 - Bloco A - Loja 35 - Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70.255-510  
www.ibodente.com.br gerencia@ibodente.com.br

### ESPECIALIDADES:

- CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL
- DENTÍSTICA
- ENDODONTIA
- IMPLANTODONTIA
- ODONTOPEDIATRIA
- ORTOPIDIATRIA
- ORTODONTIA
- PERIODONTIA
- PRÓTESE / REABILITAÇÃO ORAL

# Livraria e Editora Brasília Jurídica

## REVISTAS OFICIAIS

Assine já!!!



Ano 2004 - Assinatura: 12 revistas  
Vol. 187.1 a 190.3 à vista R\$ 433,20

CD-Rom 2004  
À vista R\$ 239,71  
(02 Cds anuais)  
Publicação Semestral



Ano 2004 - Assinatura: 12 revistas  
Ed. Capa Dura à vista R\$ 546,00  
Ed. Brochura à vista R\$ 494,00

CD-Rom 2004  
À vista R\$ 360,00  
(06 Cds anuais)  
Publicação bimestral

REVISTA TRIMESTRAL de JURISPRUDÊNCIA do STF

REVISTA de JURISPRUDÊNCIA do STJ

Livraria e Editora Brasília Jurídica  
SDS Ed. Venâncio VI Bloco "O" Lj. 27  
fone: 61 224-4607 / fax: 61 225-8494

BRASILIA JURIDICA  
0800-612020

Contato Comercial: Elaine  
E-mail: vendas@brasilijuridica.com.br  
www.brasilijuridica.com.br